



## Violência: um discurso que a mídia cala

**Marlene Branca Sólío<sup>1</sup>**

Professora Pesquisadora no Centro de Ciências da Comunicação da  
Universidade de Caxias do Sul.

**Resumo:** Este artigo nasce de pesquisa que analisa o tratamento dado pela mídia impressa a questões da violência urbana, com ênfase em homicídios, abusos sexuais e sequestros, sem ignorar demais manifestações do fenômeno. Pesquisa inicial, desenvolvida pela Mitra Diocesana de Caxias do Sul, fez análise essencialmente quantitativa, nos jornais *Pioneiro* e *Zero Hora*, com tabulação de 5.370 registros do em *Zero Hora* e 2.067 no *Pioneiro*, no período de 1º de janeiro de 1994 a 30 de novembro de 2004. Esse foi o *start* para uma segunda etapa no trabalho, que contemplou os jornais *Pioneiro*<sup>2</sup>, *Correio do Povo*<sup>3</sup>, *Zero Hora*<sup>4</sup> e *Folha de S. Paulo*<sup>5</sup> a partir de reflexão apoiada na Dialética Histórico-Estrutural e com a Análise do Discurso. No trabalho, buscamos apontar situações em que o discurso evidencia um estereótipo de violência que “camufla” o que consideramos a real violência impingida à sociedade.

**Palavras-chave:** Jornalismo; Notícia; Violência

Nosso ponto de partida é o texto noticioso: estereótipo do texto jornalístico. Nele encontramos, pretensamente, características apregoadas pela imprensa, como

---

<sup>1</sup> Trabalho submetido ao DT 1 Jornalismo do XI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul realizado de 17 a 9 de maio de 2010.

<sup>2</sup> O jornal *Pioneiro*, adquirido pelo grupo RBS em 1993, circula na região de Caxias do Sul, na Serra gaúcha. Cobrindo as cidades mais importantes da região, tem uma penetração de 92% em seu mercado. Segundo dados do IVC, em fevereiro de 2010 a publicação média do jornal foi de 25.847.

<sup>3</sup> Em março de 2007, o *Correio do Povo* passou a fazer parte do conglomerado de mídia controlado pelo grupo da Igreja Universal do Reino de Deus, do bispo Edir Macedo, juntamente com outras empresas do grupo, a TV Guaíba e as rádios Guaíba AM e FM. Com esta aquisição, a Universal, que controla a Rede Record de Televisão, se fortalece no Rio Grande do Sul. De acordo com pesquisa do Instituto Verificador de Circulação (IVC), de novembro de 2006, o *Correio do Povo* é o 2º jornal gaúcho em tiragem e o 8º brasileiro. OIVC informa que a publicação média do veículo, em fevereiro de 2010, foi de 154.070.

<sup>4</sup> O jornal *Zero Hora* foi fundado em 4 de maio de 1964. À época, porta-voz do regime militar, hoje um exemplo de “economia cruzada” já o grupo integra, além do jornal outros sete veículos impressos, oito emissoras de rádio, três canais de televisão, três sites, quatro veículos voltados para o agronegócio, três canais para a promoção de eventos, marketing e logística, entre outros empreendimentos, como a editora RBS Publicações, a holding RBS Participações, o festival de música Planeta Atlântida e o concurso de beleza Garota Verão. Tabela do IVC aponta a média de 185.307 em fevereiro de 2010.

<sup>5</sup> É o jornal de maior circulação do Brasil segundo dados do IVC, com uma tiragem de mais de um milhão de exemplares. Ao lado de *O Estado de São Paulo*, *O Globo* e *Jornal do Brasil*, a *Folha* é um dos veículos impressos mais influentes. A média de publicação do jornal, apontada pelo IVC, é de 287.873, em fevereiro de 2010.



objetividade, neutralidade e clareza nas informações. Para atingir esses objetivos, todo texto é submetido ao controle editorial, que padroniza a linguagem. Uma figura forte nesse sentido é a do *copydesk*, todo poderoso da redação durante, por exemplo, a ditadura militar que o Brasil viveu por duas décadas, a partir de 1964.

Pregam os manuais de redação que o profissional deve relatar os fatos de acordo com a realidade (verossimilhança), de forma clara, direta e objetiva, e afastar qualquer dúvida sobre a imparcialidade jornalística. No estudo desenvolvido, no entanto, podemos observar discursos caracterizados pela associação entre pobreza urbana e criminalidade violenta, para citar um exemplo.

Recorremos ao paradigma da Dialética Histórico-Estrutural (DHE), que se solidifica na década de 1960 do século XX. Com ela podemos conjugar o estruturalismo, cujo pensador-guia é Lévi-Strauss, e o marxismo, que terá como expoentes, na escola francesa da análise do discurso, até o fim dos anos 60, pensadores como Althusser e Foucault. A partir dos anos 70, principalmente, sobressaem-se, também, estudos focados na psicanálise (Freud e Lacan) que evidencia aspectos do inconsciente e da subjetividade do sujeito estruturado como linguagem. É importante evidenciar que, a partir desse período, estudos ligados ao marxismo, são banidos do palco da intelectualidade, disposta a “desfazer-se da criança juntamente com a água do banho”.

Com a dialética, a DHE busca compreender os princípios dinâmicos, de movimento; com o estruturalismo olha para o que está posto. Por meio desse paradigma, contemplam-se, então, os aspectos objetivos e os subjetivos da realidade, ao considerar as dimensões histórica e social, numa visão de história dinâmica e complexa em que conflitos são transformadores. A intenção da DHE não é responder a tudo, mas olhar para o movimento.

A técnica metodológica empregada em nosso trabalho foi a Análise do Discurso (AD), que tem seu embrião no trabalho dos formalistas russos. Os estudos linguísticos tinham abordagem filológica da língua, viés superado com a instauração da busca de uma lógica de encadeamentos “transfrásicos”. Apesar do avanço, a geração de estruturalistas que inicia os estudos em AD “propõe-se como objetivo estudar a estrutura do texto ‘nele mesmo e por ele mesmo’, e restringem-se a uma abordagem imanente do texto, excluindo qualquer reflexão sobre sua exterioridade”. (BRANDÃO, s.d., p. 15).



Segundo levantamento mencionado (jornais Pioneiro e Zero Hora), a maior incidência de ocorrências policiais se dá nos fins de semana. Dos 5.945 casos de homicídios registrados, o domingo com 21,65% e o sábado com 21,65% são responsáveis por 43,3% dos registros da semana. Em Caxias do Sul, ocorre a mesma situação: nos 811 registros levantados na imprensa, o sábado é responsável por 21,33% e o domingo fica em segundo lugar, com 21,21%, o que corresponde a 42,54% dos homicídios no Rio Grande do Sul.

O recorte temporal que efetuamos no trabalho que vamos apresentar compreendeu o período de março a julho de 2009, o que significou uma amostragem de 100 exemplares. Além disso, incluímos na análise alguns exemplares da amostra trabalhada na produção do projeto da pesquisa.

Para a AD montamos um instrumento com base em algumas noções trabalhadas por Althusser, Foucault e Pêcheux. E, como enfatizamos anteriormente, a reflexão sobre o papel da mídia na arquitetura das relações sociais tende a contemplar registros unilaterais, sem considerar a relação/contaminação entre sociedade centrada em sistemas de informação e tecnologia/elites dominantes/Estado/sujeitos sociais. Assim, parece relevante um estudo que traga para um primeiro plano o papel dos sujeitos sociais e as relações desses sujeitos como geradoras de um novo espaço/tempo social frente ao pseudo-determinismo tecnológico, e mesmo econômico, insinuado pela mídia.

Consideramos importante a busca de estudos inter e transdisciplinares para as questões enfocadas, geralmente, como específicas da comunicação, o que denota reducionismo na análise. Entendemos que o objeto da comunicação perpassa as mais diversas áreas do conhecimento. Na medida em que são analisados fenômenos comunicacionais de grupo, não podemos desvincular observações da sociologia, por exemplo. Quando afirmamos que esses fenômenos acontecem num tempo e num espaço, estamos de mãos dadas com a história e com a antropologia. E, quando trabalhamos com um sujeito, não podemos descartar a filosofia e a psicanálise.

Por meio da DHE, mas sem descartar contribuições da complexidade de Morin, por exemplo, que nos incita a não limitar a perspectiva do olhar, podemos tentar compreender/explicar a sociedade e as relações sociais como um fenômeno estrutural, dinâmico e em permanente transformação, dialógico, portanto. É que o sujeito, em sua complexidade, procura por/estabelece pontos de fuga na sociedade da informação/tecnologia que, paradoxalmente, o mantém sob permanente



controle/vigilância. Entendemos que, ao tentar compreender essa relação, seja possível perceber as condições objetivas e subjetivas estabelecidas entre o sujeito social e os mecanismos da sociedade/Estado, que pretendem amordaçá-lo e/ou mantê-lo excluído de um cenário de bem-estar, diluindo/esmaecendo conceitos como os de classe social, o que dificulta a localização das fontes de onde emana o poder e o desenho da ordem social vigente. Percebemos, ainda, que o sujeito dispõe de um potencial cognitivo-perceptivo que antecede sua inserção no mundo que o estrutura como linguagem. Daí a possibilidade da tensão permanente, do conflito como resposta e não como anomia.

### **O mundo que nos cerca**

A sociedade contemporânea registra inegável avanço tecnológico. Essa premissa leva a uma reflexão sobre que tipo de relação se estabelece entre esses dois atores. É comum a produção intelectual *apocalíptica* ou *integrada*, basicamente presa a questões de causa e efeito. Entendemos que uma análise deva ser dialética e, para isso, precisa envolver outras instâncias. O ponto-chave de discussão passa pela compreensão, por exemplo, do tipo de Estado, do modelo de sociedade e do uso que ela fará dessa tecnologia, para articulações sociais, políticas e econômicas.

Em um estado neoliberal<sup>6</sup>, onde quem detém o poder de gerenciamento, manipulação e barganha é a iniciativa privada, a tecnologia informacional assume papel relevante na determinação de processos/relações sociais em sintonia com a ideologia das elites dominantes. Esse domínio se atualiza de diferentes maneiras, mas o recorte que pretendemos é o jornalístico, que alcança profunda repercussão na comunidade, na medida em que ela o legitima como supostamente verdadeiro, objetivo, imparcial e neutro, posto que “acima do bem e do mal”, lugar onde estaria, também, a ciência.

---

<sup>6</sup> O neoliberalismo sustenta a apoteose da propriedade privada e da livre competição. Institui em princípio-chave a liberdade de empreendimento e de escolha individual. Acredita que o interesse próprio constitui um móvel dominante dos agentes sociais (egoísmo ético). Propõe a operação da “mão invisível” de Adam Smith e, em consequência, dispensa qualquer interferência do Estado na economia. Pretende “resgatar a naturalidade” das leis de mercado, com a plena vigência dos sistema de preços, e abre mão da rede de segurança social aos desvalidos. Por fim, advoga a lei de sobrevivência dos mais aptos, ao gosto de Herbert Spencer, numa furiosa exclusão social (SROURS, Robert. *Poder, cultura e ética nas organizações*. Rio de Janeiro: Campus, 1998, p. 95.)



Para Virgínia Fonseca (2002, p. 276), os meios de comunicação se constituem, contemporaneamente,

num dos principais instrumentos de construção da imagem da realidade social. Ao recortar essa realidade, atualizá-la e apresentá-la ao público com foro de verdade, quaisquer mudanças que ocorram no processo de captação, produção e difusão de notícias, por exemplo, tem implicações sobre a percepção do público acerca dessa realidade .

Entendemos, a partir disso, a possibilidade de o discurso jornalístico afetar o autoconceito do público sistematicamente. Acreditamos que a “construção de imagem e da realidade social” está diretamente relacionada ao fato de o sujeito ver-se no Outro de modo mais intenso do que vê a si. E, quando não encontra um Outro consciente de suas limitações e poderes, acaba por confundir as noções básicas de convivência social, como ética nas relações.<sup>7</sup>

A facilidade de manipulação das consciências sociais, encontrada pela mídia, não pode, entretanto, ser analisada simplesmente pela teoria behaviorista. É preciso ir além. Parece que recorrer a Morin (2005) enriqueceria a reflexão. Podemos lembrar o princípio do *anel recursivo*, em que produtos e efeitos são eles próprios produtores e causadores daquilo que os produz. Assim, talvez se possa perceber na mídia, por meio de um discurso insistentemente repetido, a competência para tornar crescentemente difusa a capacidade perceptivo-cognitiva dos sujeitos. Podemos, também, pensar a partir da outra ponta do circuito: tecnologia, mídia e discurso midiático são resultantes de um processo de simbolização gerado pelos sujeitos que, assim, tanto podem ser vistos como produto de uma sociedade que os sufoca e aliena quanto produtores de uma sociedade alienante.

Ao buscar amparo nos paradigmas apontados, pretendemos cotejar as reflexões com a proliferação de um discurso de sustentação autorreferencial, ou seja, da própria mídia, que contribui para a fixação de um discurso ideológico dos meios de comunicação e, por meio dele, de um modelo de Estado e de uma elite dominante. Até há pouco tempo, proclamava-se, com ênfase, o papel fundamental da mídia nas

---

<sup>7</sup> Para Bakhtin, “a verdadeira substância da língua [...] não é constituída de um sistema abstrato de formas lingüísticas [...] mas pelo fenômeno social da interação verbal, realizada através da enunciação e das enunciações”. Para o autor, o *outro* desempenha um papel fundamental. O sujeito é inconcebível fora das relações. “Não tomo consciência de mim mesmo, a não ser através dos outros., é deles que recebo as palavras, as formas, a tonalidade que formam a primeira imagem de mim mesmo. Só me torno consciente de mim mesmo revelando-me para o outro, através do outro e com a ajuda do outro. (BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. 9. ed. São Paulo. Hucitec, 1988).



democracias. Mas a instituição, pelos sujeitos sociais, de pontos de fuga em relação ao processo informacional abalou a credibilidade dos veículos de comunicação, não a ponto de promover uma transformação radical no sistema, mas a ponto de mostrar novos caminhos possíveis para a relação do sujeito social com o trinômio *sistema informacional/elites dominantes/Estado*. E é justamente essa perspectiva que o pretendemos abordar. Parece-nos importante evidenciar que os estudos de recepção são basais para a análise de questões fundantes da Comunicação. Mas, é importante, também, destacar o fato de que principalmente a partir da tecnologização da sociedade, esse mesmo receptor é, também e concomitantemente, produtor dessa mesma sociedade. E a prova mais elementar desse fato está, por exemplo, na crescente participação de cidadãos comuns (receptores) na produção de conteúdos/pautas. Precisamos frisar, porém, que esse cenário se desenha, ainda, como tendência/possibilidade e que, em muitas situações, é usado pelas próprias indústrias de produção cultural como estratégia de convencimento de uma pseudodemocracia midiática.

### **Do discurso**

Sob essa perspectiva, a grande discussão se coloca no sujeito e na dialética das relações que ele estabelece, recorrendo para tanto a mecanismos e conceitos como os de ideologia, Estado, liberdade e a todo um arcabouço teórico do qual ele (sujeito) acaba por parecer alienado, e ao qual aparece como assujeitado. Isso, em hipótese alguma, pode ser pensado como casual/acidental. Se, em um primeiro momento, o motor desse processo seria a necessidade de segurança e o próprio convívio, na etapa subsequente deu impulso a disputas pelo poder e à sua manutenção.<sup>8</sup>

Assim, talvez se possa pensar a possibilidade de o sujeito não estar irrevogavelmente preso à condição de sobrevivência/miséria/dependência/ignorância. O que acontece é o apagamento de sua capacidade perceptivo-cognitiva com uma espécie de “cortina de fumaça” tecida com subterfúgios, como o discurso midiático, e uma série de instituições que determinam comportamentos/reprimem reações, em nome de uma

---

<sup>8</sup> Assujeitamento ideológico consiste, de acordo com o pensamento althusseriano, em fazer com que cada indivíduo (sem que ele tome consciência disso, mas, ao contrário, tenha a impressão de que é senhor de sua própria vontade) seja levado a ocupar seu lugar, a identificar-se ideologicamente com grupos ou classes de uma determinada formação social. É o mesmo que interpelação ideológica (BRANDÃO, Helena H. Nagamini. *Introdução à análise do discurso*. 7. ed. Campinas: Ed. Da Unicamp, s. d.)



entidade que, até a contemporaneidade, encontrou concretude, mas que, na sociedade contemporânea parece fadada a desmascarar quem, na verdade, detém e manipula o poder.

Em *Pobreza, crime e trabalho*, Deccache-Maia<sup>9</sup> destaca:

O que se pode fazer diante de experiências vividas e revividas quotidianamente? O resultado disto tem sido a absorção da experiência e uma postura de defesa diante dela. O olhar desconfiado decorre das inúmeras vivências de situações de violência onde é construído no imaginário social um ‘tipo padrão’. Dito de outra forma, o direcionamento deste ‘olhar desconfiado’ se volta para a imagem gravada nas cenas, fazendo com que todos os que possuem esse ‘tipo padrão’ sejam enquadrados na situação detonadora desta tipificação.

A autora enfatiza, ainda: “Ser pobre e negro já seriam duas características suficientes para midiático.

O trabalho mencionado (DECCACHE-MAIA), selecionou 554 matérias, no período de 1989 a 1992, todas focadas na questão do trabalho infanto-juvenil. Ao abordar a criação do *Estatuto da Criança e do Adolescente*, promulgado em 6 de outubro de 1990, e a determinação da idade mínima de 14 anos de idade para descrever o tipo e fazer com que muitos transeuntes mudassem seu trajeto para evitar o risco de ser protagonista de uma dessas cenas de violência” (ibidem). Nossa pesquisa desenvolve-se justamente na direção de denunciar uma naturalização entre as noções de pobreza e violência e mesmo entre violência e juventude (pobre), alimentada pelo discurso

o trabalho pela Constituição de 1988, a pesquisadora inicia uma interessante discussão sobre a ideia de que longe de uma atividade laboral, o jovem pobre está fadado à criminalidade. As matérias analisadas não referem a questão da educação. A noção de educação aparece, sempre, colada ao trabalho, que, sabe-se, é extremamente malremunerado. Falamos, então, em reprodução das condições de trabalho, assujeitamento dos sujeitos sociais e subserviência/servilismo a um modelo social/econômico desenhado.

Falamos, também, na forte contribuição que os meios de comunicação oferecem no sentido de desfocar a atenção em relação às efetivas causas da situação precárias desses atores sociais, enquanto fortalece no imaginário social um verdadeiro

---

<sup>9</sup> Trabalho publicado em [www.senac.br/BTS/232/boltec232b.htm](http://www.senac.br/BTS/232/boltec232b.htm). ( s. p. s.d.). Acesso em 4 abr. 2010.

estereótipo<sup>10</sup> de violência, usando como estandarte, na verdade, o “sintoma” e isolado o episódio selecionado do contexto social em que ocorre.

A autora (ibidem) enfatiza:

Seria possível continuar elencando outros tantos testemunhos na mesma linha. A maioria do material jornalístico referente a esse assunto, nos quatro cantos do país, apresentou a mesma argumentação. A ocupação da população infanto-juvenil em situação de exclusão social, de preferência em experiências de formação para o trabalho é, pois, o objetivo maior de grupos de pessoas a instituições que promovem experiências voltadas para este fim. Secundariza-se, dessa forma, no discurso, o caráter educativo, sobrepujado pelo tom emergencial.

Podemos destacar diversas matérias publicadas nos veículos selecionados, em que a questão da “juventude” é evidente, mesmo que inconsistente. São categorizados como jovens sujeitos que vão da menoridade aos 29 e 32 anos de idade<sup>11</sup>, por exemplo, como vemos na matéria *Dois homens acabaram presos (jovem nega tentativa de assalto)*<sup>12</sup>. O jovem a que alude a matéria, tem 32 anos de idade. Em outra matéria, a referência é a uma mulher, com 29 anos de idade, também categorizada como “jovem”.

Uma mesma palavra assume sentidos opostos, conforme o discurso onde está inserida. Bakthin (1988, p. 32) afirma que [ela] “é a arena privilegiada onde se desenvolve a luta de classes”. Portanto, podemos dizer que os diversos discursos materializam-se em “visões de mundo” das diferentes classes sociais com seus interesses antagônicos: são as várias formações ideológicas correspondentes às várias formações discursivas. (BRANDÃO, s. d., p. 52). Pêcheux mostra que “as palavras, expressões, proposições etc. mudam de sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem”. (PÊCHEUX, 1988, p. 169). Parece importante destacar que a linguagem pode funcionar como centro de poder.

---

<sup>10</sup> Sempre que alguém é categorizado, rotulado ou tem seu papel definido – estereotipado – comportamentos, características e ações são esperados. Dentro de todo sistema cultural, espera-se que vários grupos se comportem de maneira mais ou menos específica. Se eles falham em corresponder, uma variedade de reações pode ser antecipada – surpresa, raiva, desapontamento, temor ou mesmo desgosto. Se as expectativas foram respondidas de forma inconsciente, a reação é imprevisível, mas provavelmente será agressivamente negativa. (KEY, Wilson Bryan. *A era da manipulação*. Lisboa: Scritta, 1990).

<sup>10</sup> *Suíte* é a continuação da cobertura de um fato já noticiado. Cobertura dos desdobramentos desse fato (enterro de uma vítima, inquérito policial, liberação de suspeitos...).

<sup>11</sup> De modo geral, uma percepção mais ou menos universal sobre a noção de juventude a “caracteriza por seu marcado caráter de limite”, situada que está “no interior das margens móveis entre a dependência infantil e a autonomia da vida adulta” (LEVI & SCHMITT, 1996, p. 8. v. 1)

<sup>12</sup> *Jornal Pioneiro*, número 10.374, 18 mar. 2009, p. 16. Editoria de Segurança. A mesma edição registra o assassinato de um estudante universitário em um motel. O título *Jovem foi assassinado em motel*. O título chama atenção para a vítima, antes de focar o fato em si: o crime.





Ao pensarmos a polifonia<sup>13</sup> do discurso, somos induzidos a falar em possibilidade de pontos de fuga. Assim, a engrenagem midiática desenvolve um esforço redobrado e normalmente competente no sentido de minimizar a capacidade reativa do sujeito, que acaba, em um processo recursivo, por realimentar o discurso que recebeu. Temos na mídia a ausência da crítica, da reflexão, da diversidade de pontos de vista; temos um discurso tautológico da violência por ela própria. Exemplo disso é a matéria especial, abrigada na cartola *Violência*, cujo título é: *Mortes disparam*<sup>14</sup>. O jornal publica extensa lista onde arrola nome da vítima; circunstâncias do crime; motivação; situação e autor. A reportagem completa cobre duas páginas e desenha um cenário de violência exacerbada. Considere-se que a matéria, aponta um crescimento de 30% no número de mortes por crimes (na verdade, o dado preciso aparece depois, com menor destaque: 28,2%) considerando o primeiro trimestre de 2009 em relação ao mesmo período de 2009. As tabelas, porém, mostram ocorrências de 12 municípios, sem mencionar, por exemplo, a relação entre o número de mortos e a população considerada, fato que causaria, com certeza, um impacto sensivelmente menor.

Além disso, a matéria aponta o aumento do contingente de policiais na região, o que deixa muito clara a questão da substituição da causa pelo sintoma no tratamento do problema pela imprensa. A questão não está, portanto, na repressão, mas na prevenção, que significaria, por exemplo, investimento na educação e na cidadania como valor.

Normalmente, os jornais limitam-se a informar gênero, idade, condição de trabalho (empregado ou desempregado), no registro de ocorrências criminais. O desemprego estrutural não entra em questão, e, se o infrator/criminoso estiver empregado, a empresa onde trabalha não é mencionada. Desemprego e crime são relacionados de forma direta, sem tangenciar o modo como a sociedade está estruturada. Dessa forma, o veículo de comunicação impressa colabora para a exclusão/preconceito, ao promover diferenças entre os membros de uma comunidade e acaba por estabelecer/criar estereótipos.

---

<sup>13</sup> “A problemática da polifonia põe em causa a unicidade do sujeito falante [...] Esta foi introduzida por Bakhtin nos seus trabalhos sobre literatura para caracterizar obras, por exemplo, os romances de Dostoievski (BAKHTIN, 1970), nos quais várias ‘vozes’ se exprimem sem que nenhuma seja dominante, mas a polifonia foi explorada pelos lingüistas, em especial por Ducrot, para dar conta dos múltiplos casos em que aquele que produz materialmente o enunciado NÃO O TOMA A SEU CARGO, não se coloca como seu responsável (MAINGUENEAU, Dominique. *Os termos-chave em análise do discurso*. Lisboa: Gradiva, 1997).

<sup>14</sup> Jornal Pioneiro, numero 10.387, 2 abr. 2010, página 14 e 15.



A hipérbole, de modo leigo definida como “exagero”, deveria estar ausente de matérias noticiosas e mesmo reportagens, num jornalismo que se define pela objetividade e precisão. A premissa cai por terra, porém, no exemplo que segue: *Caxias do Sul em fúria*.<sup>15</sup> Expressões como: “*A violência está enraizada*”; “*E a culpa não é só dos criminosos*” – impactantes e generalizadoras, são alarmistas e despertam no imaginário social um quadro de violência generalizada. Veja-se o trecho a seguir:

Ela vem à tona em endereços conhecidos ou improváveis, contaminando famílias e corrompendo as relações. Um impulso que não respeita nenhuma instituição ou lei e que atende por um nome: fúria. A todo o momento, a cidade assiste a cenas de intolerância protagonizadas por homens, mulheres e adolescentes. Um sintoma que cresce entre as chamadas pessoas de bem que, ao contrário dos criminosos comuns, não teriam motivos para se envolver em atos violentos.

Além do exagero digno de ficção, a matéria estabelece uma divisão matemática: existem duas categorias: as pessoas “de bem” e a dos “criminosos”, como se se tratasse de uma questão simplesmente (ou simploriamente?) genética. O texto fala em “epidemia”, que não se restringe ao município sede do jornal: “Esses sintomas não são percebidos apenas na maior cidade serrana, reforçando a teoria dos especialistas de que a região convive com uma epidemia.” Em seguida, a matéria menciona diversos episódios que, reunidos, dão ideia de verdadeira chacina, mas são registros ocorridos em todo o estado (RS) e em diferentes períodos.

A reportagem refere 786 homicídios, em Caxias do Sul, nos últimos 10 anos. O número não é desprezível. Mesmo que se faça a média anual: 78, ele mantém força. Porém, se considerarmos, por exemplo, a população global, sua força despenca significativamente. E se, na análise, categorizamos em blocos diferentes homicídios dolosos e homicídios culposos, somente a título de exemplo, a estatura do número reduz-se ainda mais. A matéria não traça um perfil dos crimes predominantes, mas também não traça um perfil das mudanças sociais, econômicas e políticas pelas quais passou a população referida mas que, com certeza, são fatores importantes no comportamento do grupo social.

---

<sup>15</sup> Matéria publicada no jornal Pioneiro de 21/23 de março de 2009 (ano 61, número 10.377, página 14) abrigada na cartola especial/comportamento).



O jornal levanta a questão de desumanização dos sujeitos, sem, no entanto, mencionar/analisar o contexto, resultante de uma sociedade capitalista neoliberal que substitui a preocupação da solidariedade e da humanização pela competição e pelo consumo.

### **A parcialidade se repete**

Uma breve análise comparativa estampa a questão que se pretende abordar. O jornal *Pioneiro* de 31 de março/1º de abril de 2007, às páginas 16 e 17, na matéria *Fortuna suspeita*, em que a Polícia e a Receita Federal prendem quatro pessoas envolvidas com um megasquema de sonegação e lavagem de dinheiro, não divulga o nome dos presos, com a plausível justificativa de que a Polícia e a Receita Federal os mantém em sigilo. Mas na edição de 6 de abril, quando noticia, à página 19, que o servente de pedreiro *supostamente envolvido* na morte da menina Gabrielle Cristina Eichholz, de 1,5 ano, na Igreja Adventista do Sétimo Dia, de Joinville (SC), reafirma sua inocência, ignora o código de ética e *divulga* o nome do envolvido, mesmo que suspeito apenas.

No mesmo jornal, de 6 de abril, à página 13 (Segurança), temos a matéria *Adolescente morto a facadas*. Em nota relativamente breve, o jornal relata o episódio, mas o interessante é a forma redundante adotada para induzir a um cenário maior e predominantemente violento. Na abertura, uma cartola<sup>16</sup> – *Violência: 23º assassinato* deste ano. A mesma afirmação encerra o texto no jornal: “Este foi o 23º assassinato de 2007 em Caxias do Sul”. A partir do olhar de Bauman, quando afirma que “escapar do medo é o melhor ‘ponto de venda’”, podemos fazer uma leitura interessante desse discurso e atribuir-lhe uma intencionalidade (BAUMAN, 2004, p. 116).

O autor afirma que nada vende tanto quanto os dispositivos antimedio, e o sintoma mais evidente da passagem do poder do Estado para o mercado é a política de cortar impostos, uma política cuja linha mestra é o retorno ao mercado de fundos anteriormente carreados para os cofres do Estado a fim de financiarem a segurança individual socialmente fornecida. Em outras palavras, a “comercialização do medo” – a transferência maciça do recurso chamado “medo” da esfera do poder político para a dos atores do mercado. Desse recurso foi o primeiro a ser “desregulamentado” e “privatizado”. Cabe agora ao mercado de consumo lucrar com o medo desassistido em outros

---

<sup>16</sup> Palavra, simples ou composta, na abertura de editoria/matéria, que identifica o assunto.



sentidos. E ele o faz – com prazer e habilidades cada vez maiores.  
(ibidem)

Não podemos simplesmente crer que o sujeito social seja apenas resultado da repressão/manipulação, mas, sim, construtor dela, na permanente disputa pelo poder. A tecnologia informacional, assim, não tem poder por si mesma. O que parece acontecer é que sujeito/grupos organizados, na disputa pelo poder, criam entidades às quais delegam legitimidade/autoridade de discurso, ou seja, a mídia se atualiza como algo independente e regulador do comportamento social, cada vez mais atenta às possibilidades de reação/fuga do sujeito.

Isso fica evidente quando analisamos, por exemplos, a matéria *Justiça – Acusado tenta trancar ação de custo de lavagem de dinheiro de R\$ 2,2 bi* (cartola Justiça, na editoria de Economia), página 28 do jornal *Zero Hora* de 7 de maio de 2009, quinta-feira. Ela foi deslocada para a editoria de economia, quando seu conteúdo está eminentemente relacionado à criminalidade. Entendemos a distorção como verdadeiro ato de violência da mídia em relação à sociedade a que deveria servir. Essa postura traduz com clareza o título que atribuímos à pesquisa. Esse tipo de violência impingido por determinados grupos sociais articulados com o poder, assim como a descontextualização de episódios relacionados à criminalidade são o discurso sobre violência do qual a mídia não fala<sup>17</sup>. O fato se repete, por exemplo, em matéria que relata a apreensão de um arsenal de armas apreendidos com proprietários de terra envolvidos, também, em roubo de cavalos de raça.

---

<sup>17</sup>**STF nega liminar a ex-diretor da Bombril** / Acusado de participar de um megaesquema de lavagem de dinheiro, entre outros crimes, o ex-diretor da Bombril Joamir Alves não obteve o pedido de liminar para trancamento da ação penal à qual responde, conforme solicitado por sua defesa ao Supremo Tribunal Federal.

A decisão, do ministro do STF Joaquim Barbosa, foi publicada na última terça-feira. De acordo com a acusação entre 1996 e 2001, a Bombril fez junto com outras empresas uma operação de lavagem de dinheiro envolvendo R\$ 2,2 bilhões. As investigações sobre o caso apontaram que o esquema terá envolvido produção de documentos forjados e registro de falsas declarações ao Banco Central para ocultar a finalidade das transferências internacionais.

O Ministério Público Federal chegou a qualificar o caso como “a maior lavagem de dinheiro operada no Brasil, a partir de uma única empresa, agravada pela circunstância de haver se valido do nome prestigioso que possuía no mercado”.

**Executivo sustenta que não houve direito a ampla defesa** / Por ter sido diretor financeiro e de relações com investidores e superintendente da Bombril nos anos 2000 e 2001, Alves responde ao processo. Nos autos, a defesa do executivo afirma que sua conduta criminosa não foi devidamente individualizada na denúncia, constituindo-se como genérica e não permitindo o direito a ampla defesa. Também afirma que ele não foi o responsável pelos atos apontados, figurando como denunciado apenas por pertencer ao contrato social da empresa.

Barbosa negou o pedido de liminar para trancar a ação penal argumentando que a descrição minuciosa e individualizada da conduta de cada acusado não é necessária, bastando a denúncia permitir o direito de ampla defesa, o que teria sido assegurado.



Esse mesmo expediente está no jornal *Zero Hora* de 11 de junho de 2009, página 21, editoria de Polícia, *Susepe contrata 210 servidores*.

O Governo do Estado, através da Superintendência dos Serviços Penitenciários (Susepe) e Secretaria da Segurança Pública (SSP), está contratando, emergencialmente, 210 servidores, sendo 26 advogados, 110 assistentes sociais e 74 psicólogos, para exercerem suas funções nas regiões penitenciárias da secretaria.

Publicada da forma como o foi, e na editoria de polícia, a matéria soma muito mais como alerta ao fantasma presente da violência do que para a qualificação da infraestrutura do estado na prevenção à criminalidade.

Como evidencia Caleiro (3003 s. p.)

Nessa confusão acelerada, reflexiva e sempre aparentemente consensual o que é e o que não é violência passa a ser determinado por um aparato midiático que tem no capital a base (estrutura físico-operacional), o meio (comercialização de espaços/tempo viabilizando a produção) e o fim (retorno em forma de audiência/público proporcionando o lucro). Cria-se, em decorrência, um quadro

valorativo a partir de valores subjetivos, que camuflam a violência enquanto estrutura e espetacularizam as manifestações cotidianas de delinquência que dela decorrem.

Os jornais *Zero Hora* 191 (p. 23) e 269 (p. 21) dão o mesmo tratamento a duas matérias sobre roubo de cavalos: Na primeira delas lemos:

Uma operação da Polícia Federal apreendeu, em Caçapava do Sul e Porto Alegre, 70 cavalos, seis malotes com documentos e um cofre. A suspeita é de que a criação de animais e a manutenção de um haras no interior do Estado fossem formas de lavagem de dinheiro usados por uma quadrilha especializada em fraudes em licitações, presa na terça-feira.

Setenta cavalos representam um investimento substancial e exigência de capital significativo. A notícia, no entanto, não entra nesse aspecto. Nem tampouco menciona qualquer suspeito, o que pode levar a pensar na influência e na pressão exercida sobre o veículo/repórter (ver Traquina). o jornal não volta a referir o assunto nas edições subsequentes.

A matéria recebeu o mesmo tratamento editorial da que segue:

Policiais do 25º BPM de São Leopoldo prenderam dois jovens de 22 e 21 anos, e apreenderam uma adolescente de 13, na madrugada de ontem, roubando gado, na região. O trio foi flagra do ao conduzir duas



vacas das raças holandesa e Jersey e uma novilha, pelas vielas do bairro Rio dos Sinos.

A matéria não estabelece a menor diferença entre um sofisticado esquema de lavagem de dinheiro, que envolve um haras, e o roubo de duas vacas, levado a efeito por três adolescentes, fato que passa despercebido pelo leitor apressado que poderá, inclusive, deixar-se impressionar muito mais pela idade do mais infrator dos jovens, 13 anos, do que pela sofisticação do esquema de lavagem de dinheiro.

### **Considerações finais**

Este trabalho não é, ainda, conclusivo. O artigo registra apenas o início da análise do discurso e de conteúdo dos jornais selecionados, embora sinalize positivamente para a hipótese de que os jornais Correio do Povo, Pioneiro, Zero Hora e Folha de São Paulo tratam das questões de violência de forma a criar um estereótipo que acaba por encobrir os verdadeiros fatores desencadeadores do fenômeno, relacionados a questões de infraestrutura, contexto social, modelo político/econômico. A análise mostra, de forma muito clara, também, um aspecto não levantado inicialmente na

pesquisa: a tendência de os jornais “colarem” ao perfil dos criminosos o conceito de juventude.

### **Referências bibliográficas**

- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos do Estado**. São Paulo: Graal, 2003.
- ALTHUSSER, Louis. **ideologia e Aparelhos ideológicos do Estado**. Porto: Presença, 1974.
- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 1988.
- BAUMAN, Zigmunt. **Europa**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.
- BRANDÃO, Maria Helena. **Introdução à análise do discurso**. 7 ed. Campinas: Unicamp, s.d.



CALEIRO, Mauricio de Medeiros. *A Folha de São Paulo e a infância marginalizada*. [www.bocc.ubi.pt](http://www.bocc.ubi.pt), 2003. Acesso em 05.04.2010.

DECCACHE-MAIA, Eline. Pobreza, crime e trabalho (artigo). In: [www.senac.br/BTS/232/boltec232b.htm](http://www.senac.br/BTS/232/boltec232b.htm). ( s. p. s.d.). Acesso em 04 abr.2010.

FONSECA, Virgínia. O jornalismo na era da sociedade em rede: máxima informação e ilusão da realidade. In: HOHLFELDT, Antônio; BARBOSA, Marialva

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1987.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. São Paulo: 17 ed. (1979) Rio de Janeiro: Graal, 2002.

KEY, Wilson Bryan. **A era da manipulação**. Lisboa: Scritta, 1990.

LEVI, G.& SCHMITT, J. C. A história Dos jovens – da antiguidade à era moderna São Paulo: Cia das Letras, 1996, v. 1.

MAINGUENEAU, Dominique. **Os termos-chave da análise do discurso**. Lisboa: Gradativa, 1997.

MARTINO, Luís Mauro Sá. **Teoria da Comunicação: Idéias, conceitos e métodos**

MORIN, 2005. **O método 6: a ética**. Porto Alegre: Sulina, 2005

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**. Uma crítica á afirmação do óbvio Campinas: Unicamp, 1988.

SROUR, Robert. **Poder, cultura e ética nas organizações**. 9. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

Jornal *Pioneiro*, 21/23 de março 2009

Jornal *Pioneiro*, 31 de março 2009

Jornal *Pioneiro*, 2 de abril 2009

Jornal *Pioneiro*, 6 de abril, 2007

Jornal *Pioneiro* 18 de março 2009

Jornal *Zero Hora*, 6 de abril, 2007

Jornal *Zero Hora*, 7 de maio, 2009

Jornal *Zero Hora*, 12 de maio, 2009

Jornal *Zero Hora*, 11 de junho, 2009